

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SINDEF-SP

FILIADO À **CSP**
Condutivos

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DO SUS PARA DERROTAR O COVID-19

Coronavírus: defender os serviços públicos e o SUS é defender a vida

Um mês após a declaração do ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, chamar os servidores de parasitas, uma pandemia toma conta do mundo e, mais do que nunca, a população precisa dos servidores e dos serviços públicos.

É o Sistema Único de Saúde (SUS) – enfraquecido, desvalorizado e com um número reduzido de profissionais – a principal alternativa para milhões de brasileiros que terão que enfrentar o Covid-19.

O SUS está em destaque agora, mas ele é apenas um exemplo de serviço público que é essencial à nossa sociedade. Neste momento, as fundações, institutos e universidades públicas têm tido um papel importante, especialmente por meio das pesquisas sobre o Covid-19.

Tudo isso faz parte do serviço público, que inclui tantos outros serviços fundamentais para o bem comum, a exemplo da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, que agem em catástrofes e acidentes e que, em



meio à atual crise, estão nas ruas trabalhando em favor do cumprimento das medidas preventivas.

Também merecem destaque: as escolas federais, estaduais e municipais, responsáveis pela grande parte da formação da população para trabalhar; e tantas outras instituições

que atuam desde a cultura, como museus, bibliotecas e cinematecas, até a saúde do trabalhador, como a Fundacentro.

A propagação do coronavírus veio mostrar que TODA a população depende dos serviços públicos: empregados, classe média e ricos.

Não ao corte de salários nos setores privado e público!

Para evitar a contaminação em massa a principal medida preventiva é o isolamento. No Estado de São Paulo, por exemplo, o governo decretou o fechamento total de todo o comércio e serviços não essenciais por 15 dias a partir do dia 24 de março.

Mas, como ficar em casa tem um grande impacto negativo na economia, o governo federal tem proposto alternativas que só prejudicam os trabalhadores para manter o lucro dos patrões. Os bancos também continuam lucrando, até porque os boletos não param de chegar.

Agora, o governo e o Congresso Nacional querem que os servidores públicos também deem sua “contribuição”: redução salarial de até 20% (10% para quem ganha até R\$ 10 mil e 20% para quem ganha acima disso).

Na prática, como de costume, querem que a classe trabalhadora pague pela crise.

A crise econômica – seja causada pelo próprio capital financeiro, seja pela pandemia – não pode ser uma carta branca para os patrões e o governo agirem do jeito que quiserem! Não podemos aceitar que cortem nossos salários deliberadamente.

A percepção dos parlamentares é que, se o governo decidiu autorizar o corte da remuneração no setor privado, deve fazer o mesmo no se-



tor público. Nenhuma das medidas, porém, não se justificam porque há outras formas de reforçar o caixa do governo e amenizar os prejuízos.

Com o estado de calamidade pública aprovado na Câmara e no Senado e decretado no dia 20 de março, o governo Bolsonaro está autorizado a elevar o gasto público e descumprir a meta fiscal prevista para o ano de 2020. Isso não significa reduzir os vencimentos do funcionalismo, mas sim investir mais no combate à pandemia.



Querem que a classe trabalhadora pague pela crise

Sob a falsa justificativa de evitar demissões, o Executivo federal anunciou que será permitida a redução de até 50% dos salários e da jornada de trabalho na iniciativa privada.

Suspensão do pagamento da dívida pública, já!

A suspensão do pagamento da dívida pública pode liberar trilhões de reais para combate ao coronavírus, utilizando recursos destinados aos juros para financiar medidas de suporte às áreas de assistência social, saúde e educação, que inclui as pesquisas científicas sobre o Codiv-19.

Segundo a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli, o governo brasileiro gastou R\$ 1 trilhão em 10 anos para remunerar bancos diariamente. “E ainda tem cerca de R\$ 4

trilhões em caixa: no Tesouro, no Banco Central, em reservas internacionais, mas tudo isso está reservado mais uma vez para os privilegiados gastos financeiros com a dívida pública”, afirma.

Se o governo decretasse a auditoria da dívida e a suspensão do pagamento dos juros e encargos, esse valor poderia ser liberado para investimentos relevantes nessas áreas essenciais à população. Porém, enquanto os gastos sociais têm orçamento limitado, o limite para a dívida

pública é o céu. Ela nunca é auditada e retira, anualmente, do orçamento geral da União entre 40 e 50% dos recursos para o pagamento de juros e amortizações aos bancos.

Outra medida cobrada por Fattorelli é a redução dos juros a zero para os brasileiros. “Até o banco central norte-americano (FED) já reduziu os juros a zero e injetou US\$ 1,5 trilhão na economia dos EUA. Aqui estamos enfrentando recessão há anos, e é preciso adotar medidas drásticas em relação ao privilégio do capital finan-



ceiro.”, disse em entrevista à Rede Brasil.

Ao invés de mexer no lucro dos bancos, cada governo que prefere prejudicar a população, seja através do desmonte dos serviços públicos ou da retirada de direitos.

Governo demonstra irresponsabilidade e incompetência

Não é novidade usar uma crise econômica justificar o corte de gastos públicos. Penalizar os servidores tem sido uma prática dos últimos governos, que sistematicamente implementaram uma política de desmonte dos serviços públicos com claro intuito de acelerar as privatizações.

Costumam usar a mesma lógica: deixam de investir, transmitem a imagem que não serve e depois vendem a preço de banana. Aí quem paga o preço caro é a população, que fica dependente do setor privado. O problema é que a iniciativa privada não atende o interesse coletivo,

apenas visa o lucro; e no capitalismo, esse mesmo lucro está sendo colocado acima da vida. Exemplo simples disso é o aumento abusivo do preço do álcool gel e da vitamina C.

Mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente do SUS

Em meio à crise decorrente da pandemia do Covid-19, o governo Bolsonaro, continua priorizando o

interesse empresarial. Enquanto na Espanha, 4º país mais afetado no mundo, as autoridades estatizaram todos os hospitais privados enquanto a epidemia durar; no Brasil, o governo federal facilitou a liberação de R\$ 10 bilhões do fundo garantidor, composto por recursos das operadoras e vinculado à Agência Nacional de Saúde (ANS), aos planos de saúde particulares, sabendo-se que mais de 70% da população brasileira depende exclusivamente do SUS.

A equipe do presidente alegou que o objetivo é não sobrecarregar ainda mais o sistema público de saú-



de nos próximos meses, mas a maior parte do povo não tem acesso aos convênios.

Revogação da EC 95! Por investimentos no serviço público!

A recessão econômica, agravada no Brasil a partir de 2014, foi usada como pretexto para o congelamento dos gastos sociais por 20 anos através da aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, proposta pelo governo Michel Temer e aprovada pelo Congresso, com o voto do atual presidente quando era deputado. Isso só não está valendo agora devido ao estado de calamidade pública, que permite o aumento dos gastos públicos.

Ao diminuir todo gasto, a saúde também tem sido afetada, principal-

mente levando em consideração a perspectiva do envelhecimento da população e a perda de acesso aos planos de saúde (por desemprego, que atinge quase 12 milhões de brasileiros, ou cancelamento de benefícios pelas empresas).

A verdade é que o SUS em muito ajudará para enfrentar a pandemia, mas a política neoliberal e as reformas com objetivo de diminuir o tamanho do Estado causará mais problemas. Se já está difícil conter a crise provocada pelo coronavírus em qualquer sistema de saúde pública no mundo, imagine implemen-



tando novas medidas de redução das despesas do governo!

Ao escancarar que todos precisam dos serviços públicos e que os serviços públicos precisam de mais investimento por parte do Estado e

não o contrário, o coronavírus também está mostrando que o Estado mínimo, adotado desde 2016 por Temer e abraçado por Bolsonaro, não é legal como defendem os neoliberais e conservadores.

É hora de ficar em casa! Pela vida dos trabalhadores!

Apesar da gravidade da situação e de, reiteradamente, o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde pedirem que as pessoas não saiam de suas casas, os governantes insistem em manter os órgãos públicos em funcionamento, uma medida irresponsável, que coloca em risco a vida dos servidores, trabalhadores terceirizados e da população usuária.

Para impedir a propagação do coronavírus, de forma efetiva, é necessário suspender todas as atividades que não sejam serviços essenciais. Ou seja, aqueles cuja interrupção pode causar danos irreparáveis, como o atendimento nas áreas de saúde e segurança.

O Sindsef-SP enviou ofício aos órgãos públicos solicitando a dispensa de todos os trabalhadores. Muitos poderiam realizar suas atividades através do home office. Buscando posicionamento de cada administrador, foram realizados inúmeros contatos. As respostas, em sua grande maioria, foram evasivas.

Os gestores se limitam a cumprir um decreto que libera somente aqueles que estão nos grupos de riscos e os responsáveis de estudantes meno-



res de 10 anos. Medidas insuficientes para enfrentar esse vírus avassalador.

Alguns setores até suspenderam o atendimento presencial ao público, mas obrigam os trabalhadores, que cumpriam essa função, a comparecerem ao local de trabalho para realizar tarefas internas. Em outros, organizaram funcionamento em sistema de revezamento. Como se a disseminação do vírus fosse obedecer a alguma escala de plantão. Vidas estão em risco!

Se os governantes e gestores dos órgãos não atenderem o pedido do sindicato, o que nos resta é chamar a categoria a cruzar os braços e decretar greve. Agora é pela vida dos trabalhadores!

Com mulheres na linha de frente, universidade pública desvenda DNA do vírus

Para desenvolver vacinas e medicamentos que possam ser utilizados na prevenção e no tratamento do novo coronavírus, bem como conhecer as rotas de transmissão desse vírus, é preciso saber o seu genoma. É aí onde começa a importância do serviço público e do trabalho dos servidores.

Desde a confirmação do primeiro caso brasileiro de infecção pelo novo coronavírus, pesquisadoras brasileiras conseguiram sequenciar o genoma do coronavírus que chegou ao país.

As biomédicas Jaqueline Goes de Jesus, Ingra Morales, Flávia Sales e a farmacêutica Erika Manuli são as pesquisadoras da Faculda-

de de Medicina da USP, dentro do Instituto Adolfo Lutz (IAL), que desvendaram a estrutura do vírus. Elas fazem parte da equipe do Centro Conjunto Brasil-Reino Unido para Descoberta, Diagnóstico, Genômica e Epidemiologia de Arbovírus (CADDE), liderado pela médica Ester Cerdeira Sabino, 60 anos, e composta por mais quatro mulheres e um homem.

Foram mulheres negras de uma universidade pública – que o ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, considera promover “balbúrdia” e “eventos ridículos” – que, em apenas 48 horas, decifraram a amostra do primeiro caso de infecção da Covid-19 na América Latina.



Foto: Almir R. Ferreira - SCAP/MT

O papel da Ciência e Tecnologia e do SUS no combate à pandemia

Decodificar o DNA do novo coronavírus foi a fase inicial do processo de combate à pandemia no nosso país. Agora, pesquisadores e pesquisadoras estão se desdobrando para criar vacinas e medicamentos e os profissionais da saúde se empenhando para salvar vidas.

A Ciência e a Tecnologia no Brasil são produzidas em grande parte nas universidades públicas e institutos de pesquisa. Neste campo de conhecimento, o Brasil obteve, ao longo da história, uma posição significativa no cenário internacional.

Na área médica, cientistas brasileiros foram responsáveis por



Foto: Josué Damasceno - IOC/Fiocruz

importantes descobertas. Vital Brasil descobriu a especificidade do soro antiofídico e Carlos Chagas foi o descobridor da Doença

de Chagas. Oswaldo Cruz iniciou importantes estudos sobre doenças tropicais e fundou o Instituto Oswaldo Cruz. Inúmeros outros

cientistas deram contribuições importantes para a cura de doenças.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) disponibilizou em seu site uma página exclusiva sobre o coronavírus (portal.fiocruz.br/coronavirus), lançou um plano de contingência, guia de tecnologias educacionais para facilitar atividades na pandemia e está ajudando outros países na resposta ao Covid-19.

A instituição pública de 120 anos está produzindo kits para diagnóstico laboratorial do novo coronavírus para atender a rede de laboratórios públicos de todo o país..

SUS é a alternativa para a maioria

Um dos pilares contra o avanço do coronavírus é a Estratégia de Saúde da Família, programa do SUS que, desde 1993, por meio do trabalho comunitário na atenção básica já erradicou doenças como o Sarampo e a Poliomielite. Esse programa sofreu com o corte de R\$ 20 bilhões ao SUS desde a implantação da Emenda Constitucional nº95/2016, conhecida como “teto dos gastos”.

Quando tiram verbas do SUS a proteção da saúde da população fica menor. **RESULTADO:** A população continua crescendo. As epidemias aparecem. Mas com o congelamento dos investimentos, **TODA POPULAÇÃO** é prejudicada.

É só ver o caso do Sarampo. Em 2016, o Brasil



recebeu o certificado de eliminação da circulação do vírus dessa doença pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Em 2018, o nosso país enfrentou a volta desse vírus, com a ocorrência de surtos em 11 Estados. Foram 10.326 casos de sarampo confirmados.

Por que o SUS é tão importante?

Porque o SUS:

- 1 **Orienta a população com informações baseadas na ciência;**
- 2 **Diagnostica os casos no início da doença;**
- 3 **Trata os pacientes graves;**
- 4 **Vacina em todas as regiões do Brasil;**
- 5 **É responsável pela vigilância sanitária.**

Se não existisse o SUS, não teríamos o controle de epidemias. Muito mais gente seria atingida e muito mais gente morreria.

Fake News sobre o serviço público

7 mentiras te contam com intuito de mudar sua opinião para o lado do desmonte e da privatização.

1 **Que o Brasil tem muitos servidores**

O Brasil é o 26º país entre 30 países analisados no ranking da OCDE em relação ao tamanho do serviço público. Apenas 12% da população ocupada trabalha no serviço público, número menor que o de países como Reino Unido (23,5%), África do Sul (17%) e Portugal (16%).

2 **Que servidores ganham muito bem**

São apresentados dados distorcidos. Metade dos trabalhadores do Poder Executivo ganha menos que R\$2.589 e grande maioria (75%) recebe menos que R\$4.621. Os salários mais elevados estão no Poder Judiciário e no Poder Legislativo. Geralmente, quem ganha mais fica de fora dos cortes de gastos.

3 **Que servidores públicos ganham mais do que trabalhadores do setor privado**

A comparação do salário médio dos servidores com o salário médio da população ocupada é injusta, pois não leva em consideração que o serviço público se baseia em concursos e quase metade (49%) dos seus trabalhadores tem nível superior enquanto apenas 18,5% da população geral possui. A comparação precisa ser feita com os salários pagos a trabalhadores mais qualificados. Por ex.: a média do trabalhador com ensino superior é de R\$4.997, enquanto a média salarial dos servidores públicos é até menor, de R\$4.205.

4 **Que os gastos com o pessoal do governo estão fora de controle**

As despesas com o pessoal e encargos da União se encontram hoje no mesmo patamar de vinte anos atrás (4,4% do PIB), como mostra o Atlas do Estado Brasileiro, do IPEA. Esse valor chegou, inclusive, a ser menor de 2014 a 2016, no auge da crise econômica brasileira. Além disso, as despesas com servidores ativos federais representam apenas 1/4 da receita líquida da União.

5 **Servidores têm aumento todo ano**

Não existe reajuste automático. Os servidores, como todos trabalhadores, podem pedir aumento, mas o patrão (governo) não é obrigado a dar.

Inclusive, uma das pautas da Campanha Salarial do funcionalismo público é justamente a garantia da Data-Base, um período de negociação, que é negado.

6 **Que todo servidor tem aposentadoria integral**

Desde a reforma da previdência do governo Lula (EC 41/2003), quem ingressa no serviço público não possui aposentadoria integral. Continua pagando a previdência mesmo depois de aposentado! E só recebe até o limite dos benefícios pagos pelo INSS. Quem recebe mais tem que pagar por fora ao Fundo de Pensão (Funpresp) que, na prática, é como uma previdência privada coletiva.



7 **Que servidores não podem ser demitidos**

Quem passa num concurso público fica 3 anos em estágio probatório (período de avaliação) e depois ainda pode ser exonerado do cargo, conforme os termos da Lei nº8.112. Desde 2003, a CGU já demitiu 4.202 servidores federais, por motivos de corrupção, falta ao serviço, incompetência, entre outros.

A estabilidade não impede a possibilidade de demissão, mas, sim, dificulta a corrupção. Os políticos que ocupam cargos comissionados (de chefia) não podem usar a ameaça de demissão para chantagear os subordinados obrigando-os a favorecer alguém ou cometer qualquer ato ilícito.

O enfraquecimento do serviço público só beneficia políticos corruptos, empresas interessadas em lucrar em cima do governo e bancos recebedores de juros e amortizações da dívida pública.

Junte-se a nós em defesa do patrimônio brasileiro e pela valorização de quem o serve! Compartilhe essas informações!